

PENITENCIÁRIA FEDERAL EM CAMPO GRANDE - MS

Estudo Técnico Preliminar 38/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08118.003097/2026-44

2. Descrição da necessidade**AQUISIÇÃO DE KIT PERSONALIZADO PARA EVENTOS ESPORTIVOS**

2.1. A presente demanda visa à **aquisição de um kit personalizado com a identidade visual da Polícia Penal Federal contendo: 1 tenda, 1 guarda-volumes, 2 wind banner, 1 mesa e 4 banquetas**, para a Penitenciária Federal em Campo Grande / MS, conforme o Documento de Formalização da Demanda - DFD (SEI 36189171).

2.2. Conforme registrado no DFD, a Atividade Física Institucional (AFI), instituída pela Portaria DPPF nº 590, de 27 de dezembro de 2016, consiste em uma política voltada à promoção da saúde, da qualidade de vida e do condicionamento físico dos servidores da Polícia Penal Federal, visando capacitá-los para o adequado desempenho de suas atribuições e contribuir para o aumento da eficiência das atividades institucionais.

2.3. Entre os objetivos da AFI estão o incentivo à adoção de hábitos saudáveis, a prevenção de doenças ocupacionais e do estresse inerente à atividade policial, bem como o fortalecimento da integração entre os servidores por meio da prática regular de atividades físicas e esportivas.

2.4. Ademais, o art. 23 da Portaria DPPF nº 590/2016 prevê o incentivo institucional à participação dos servidores em competições esportivas locais, nacionais e internacionais, autorizando a adoção de ações destinadas à implementação e manutenção da Atividade Física Institucional.

2.5. Como reflexo dessa política institucional, observa-se o aumento da participação dos servidores da Penitenciária Federal em Campo Grande/MS em corridas de rua, eventos esportivos, treinamentos, testes de aptidão física e demais atividades voltadas à promoção da saúde e qualidade de vida, gerando a necessidade de disponibilização de estrutura adequada para apoio logístico, guarda de materiais, identificação institucional e acolhimento dos participantes.

2.6. A ausência de estrutura própria para utilização nessas atividades dificulta a organização dos eventos, limita a adequada representação institucional da Polícia Penal Federal e reduz o suporte disponibilizado aos servidores participantes, especialmente em ações realizadas fora das dependências da unidade.

2.7. O kit pretendido permitirá sua utilização contínua em corridas de rua, eventos esportivos, Testes de Aptidão Física (TAF), treinamentos externos, campanhas institucionais e demais ações promovidas ou apoiadas pela Penitenciária Federal em Campo Grande/MS, proporcionando melhor aproveitamento dos recursos públicos, fortalecimento da identidade institucional e redução da necessidade de contratações futuras para atendimento das mesmas demandas.

2.8. O presente Estudo Técnico Preliminar - ETP foi elaborado de acordo com o Art. 9º da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 08 de agosto de 2022, visando analisar a viabilidade da supramencionada contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender a necessidade da Administração.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
ASSESSORIA DO GABINETE DA DIREÇÃO DA PFCG	Júnior Farinon

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação para a aquisição dos itens deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

4.2. Em verificação ao Documento de Formalização da Demanda - DFD (SEI 36189171), o qual traz a descrição dos itens à serem adquiridos, define-se que os itens ofertados devem possuir as seguintes especificações mínimas:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
1		KIT PERSONALIZADO PARA EVENTOS ESPORTIVOS - 01 Tenda Sanfonada 3,00m x 3,00m - estrutura em aço carbono galvanizado e cobertura em lona PVC (altura pé direito mínima 2,25m e altura centro mínima 3,45m) - 01 fechamento para guarda-volumes 3,00m - em lona PVC - 02 wind banner poliéster em fibra 2,00m x 0,46m - 01 mesa dobrável em alumínio ou aço, destinada a uso em eventos, resistente a intempéries e compatível com utilização externa; - 04 banquetas dobráveis com estrutura metálica e assento reforçado, compatíveis com uso em eventos esportivos e institucionais * Todos os materiais acima deverão ter impressão gráfica com a identidade da Polícia Penal Federal, conforme ilustração do anexo 1	UNIDADE	01

*** Deverá ser observado o Manual de Identidade Visual da Polícia Penal Federal**

4.3. Os itens devem ser novos, assim entendido de primeiro uso, e a empresa vencedora do certame deverá entregar os mesmos em até 20 dias corridos na localidade abaixo:

Penitenciária Federal em Campo Grande/MS - PFCG
Endereço: Av. Henrique Bertin, 9813
Bairro: Los Angeles - Campo Grande/MS
CEP 79073-785

4.4. O valor do frete deverá ser incluído na proposta, compondo o valor do produto.

4.5. Os equipamentos deverão ter garantia total do fabricante e/ou fornecedor de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo do equipamento.

4.6.. Os materiais adquiridos pelo órgão devem possuir as seguintes características:

- Ser adequado ao uso pretendido;
- Ser aceito e recebido pela equipe técnica;
- Estar em condições seguras de uso;

4.7. A empresa que apresentar a melhor proposta para fornecimento do item, assim que requisitada pela área competente, deverá apresentar as informações técnicas e descrição com foto do item desta contratação.

4.8. Requisitos de Sustentabilidade:

- Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- Menor presença de materiais perigosos ou tóxicos;
- Maior vida útil;
- Possibilidade de reutilização ou reciclagem;
- Geração de menor volume de resíduos;
- Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- Uso de inovações que reduzam a pressão sobre os recursos naturais;
- Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados na confecção, na embalagem, no transporte e no armazenamento dos materiais a serem adquiridos.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A demanda em análise surgiu da necessidade de aquisição do item pela Assessoria do Gabinete da Direção da PFCG.

5.2. Ciente do exposto, entende-se que a demanda depende da contratação dos itens nas especificações e quantidades descritos no item 4.2 deste ETP.

5.3. Portanto, faremos nesse estudo a análise quanto a melhor forma de realização da contratação apresentando as soluções abaixo:

Alternativa 1 - Compra através de **dispensa de licitação**;

Alternativa 2 - Compra através de **SRP**;

Alternativa 3 - Compra através de adesão à **Ata vigente de outra instituição**.

5.4. Análise comparativa das soluções:

CRITÉRIOS	JUSTIFICATIVA PARA O CRITÉRIO	AVALIAÇÃO DA ALTERNATIVA 1	AVALIAÇÃO DA ALTERNATIVA 2	AVALIAÇÃO DA ALTERNATIVA 3
ECONOMICIDADE	O quanto é possível economizar no	O produto será adquirido através da menor proposta, com preço	O produto será adquirido através da menor proposta, com preço médio	O produto será comprado pelo valor ofertado pela proposta vencedora do

	valor do produto adquirido?	médio definido através da pesquisa de preços.	definido através da pesquisa de preços.	processo de compra da Ata a ser aderida.
ADERÊNCIA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	O quanto a PFCG pode escolher nos detalhes do produto a ser adquirido?	A PFCG pode detalhar o item conforme a sua necessidade.	A PFCG pode detalhar o item conforme a sua necessidade.	A Unidade pode escolher um item que se encaixe nas suas demandas, desde que exista uma Ata vigente para adesão com o produto disponível.
PRAZO DE ENTREGA	Qual a celeridade para a realização do processo de compra e entrega do material necessário?	Processo célere, sem a necessidade da realização de pregão eletrônico e consulta à outros órgãos. Porém por ter que realizar pesquisa de preços, o processo pode se tornar um pouco demorado. A entrega será realizada diretamente na PFCG após a compra.	O tempo dos trâmites de compra é maior do que o da dispensa. O produto será entregue diretamente na PFCG após a finalização dos trâmites.	O tempo necessário para o trâmite de adesão à ATA é pequeno pois não tem que ser feita pesquisa de preços, visto que o preço já foi considerado vantajoso na licitação original. Porém envolve consulta à outros órgãos, o que pode trinar o processo um pouco mais demorado. A entrega será realizada diretamente na PFCG após a compra.

5.5. Conforme demonstrado no comparativo da tabela acima, as Soluções 1 (Dispensa de Licitação) e 3 (Adesão à ARP) apresentam maior celeridade processual. A Solução 2 (Sistema de Registro de Preços) foi prontamente descartada por apresentar um prazo de instrução e conclusão incompatível com a urgência e o cronograma desta contratação.

5.6. Entre as opções mais céleres, opta-se pela **Solução 1 (Contratação por Dispensa de Licitação)**, pois a Solução 3 (Adesão à Ata de Registro de Preços) mostra-se inviável diante da especificidade do objeto, especialmente em razão da necessidade de personalização integral dos materiais conforme a identidade visual da Polícia Penal Federal, característica que restringe significativamente a existência de atas compatíveis.

5.7. O objeto desta contratação é classificado como **bem comum**, com ampla disponibilidade e competitividade no mercado, logo, a opção pela **Dispensa de Licitação, nos termos do artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021** é a mais adequada para a aquisição imediata, garantindo o atendimento tempestivo da necessidade, em consonância com os requisitos e resultados pretendidos neste ETP.

5.8. O planejamento realizado demonstrou a observância dos princípios da **economicidade, eficácia, eficiência e padronização**, concluindo-se pela viabilidade técnica e legal da contratação proposta.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução mais adequada e vantajosa, após a análise das alternativas, é a Contratação Direta Via Dispensa De Licitação Por Valor, fundamentada no Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Esta modalidade permite atender a essas demandas essenciais de forma ágil e transparente, respeitando os princípios da economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

6.3. O contrato será celebrado com as empresas que apresentarem a proposta mais vantajosa, garantindo a qualidade dos produtos e o melhor uso dos recursos públicos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Os quantitativos foram definidos pela área demandante conforme necessidade operacional da Penitenciária Federal em Campo Grande/MS.

7.2. Essa estimativa prevista no item 4.2. deste ETP atende à demanda prevista e permite a gestão eficiente dos recursos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 10.000,00

8.1. A estimativa do valor da presente contratação deverá seguir as normas vigentes relacionadas à elaboração de Pesquisa de Preços, em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 de 7 de julho de 2021.

8.2. O preço estimado para a nova contratação será confirmado após Pesquisa de Preços.

8.3. É necessário frisar que o campo "Valor (R\$)" trata-se de mera estimativa, obtida através de levantamento prévio realizado em ambiente virtual, para equipamentos com as mesmas características definidas neste estudo, devendo ser verificado e, caso necessário, retificado pela Pesquisa de Preços supramencionada.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Nos termos do art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, constitui regra geral o parcelamento do objeto, desde que tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

9.2. No presente caso, embora os objetos sejam tecnicamente divisíveis, optou-se pelo agrupamento dos itens em lote único, por razões de ordem econômica e de eficiência administrativa, conforme justificativas a seguir:

a) Viabilidade econômica da contratação: os itens possuem quantitativos reduzidos e heterogêneos, sendo que parte deles (especialmente os de menor preço) apresenta baixa atratividade isoladamente, o que pode desestimular a participação de fornecedores e resultar em itens desertos ou fracassados.

b) Ampliação da competitividade efetiva: o agrupamento em lote único torna a contratação mais atrativa sob o ponto de vista comercial, possibilitando a diluição de custos logísticos, administrativos e operacionais, incentivando a participação de fornecedores aptos a atender integralmente à demanda.

c) Padronização e uniformidade visual da solução: o fornecimento conjunto contribui para a manutenção da identidade visual institucional, assegurando uniformidade das cores, proporções, elementos gráficos e padrões de personalização previstos no Manual de Identidade Visual da Polícia Penal Federal.

9.3. Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto, embora tecnicamente possível, não se mostra economicamente vantajoso, razão pela qual se justifica o agrupamento em lote único, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não vislumbram-se contratações correlatas ou interdependentes para o objeto desta licitação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Embora não tenha sido elaborado planejamento prévio específico para esta aquisição, tal ausência encontra amparo na legislação vigente. A Lei nº 14.133/2021, em seu Art. 95, §2º, estabelece que certas contratações podem receber tratamento simplificado, permitindo inclusive contrato verbal nas pequenas compras, ao prever que **"é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00"**. Esse

dispositivo evidencia que, para contratações de pequeno vulto, o legislador admite um rito menos formalizado, o que inclui a dispensa de planejamento detalhado, desde que respeitados os limites atualizados.

11.2. Posteriormente, o Decreto Federal nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, atualizou o limite previsto no referido dispositivo legal, reajustando o teto das pequenas compras para **R\$ 13.098,41 (treze mil noventa e oito reais e quarenta e um centavos)**, valor válido a partir de 1º de janeiro de 2026, conforme divulgado oficialmente pelo Governo Federal.

11.3. Assim, por se tratar de contratação cujo valor estimado **não excede o limite atualizado para pequenas compras**, a legislação dispensa planejamento formal detalhado, sem prejuízo à legalidade, à economicidade e ao atendimento do interesse público. A aquisição, portanto, encontra-se plenamente alinhada às normas aplicáveis e às atualizações introduzidas pelo decreto, preservando a conformidade do processo de contratação.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação do kit personalizado com a identidade visual da Polícia Penal Federal proporcionará benefícios diretos e indiretos às atividades desenvolvidas pela Penitenciária Federal em Campo Grande/MS, contribuindo para o fortalecimento da identidade institucional, para a melhoria do apoio logístico em eventos esportivos e ações institucionais, bem como para a promoção da saúde, integração e qualidade de vida dos servidores. A utilização de estrutura própria permitirá maior organização dos eventos, melhor aproveitamento dos recursos públicos e adequada representação institucional da Polícia Penal Federal nas atividades promovidas ou apoiadas pela unidade.

12.2. Entre os principais benefícios, destacam-se:

12.2.1. Benefícios institucionais

- Fortalecimento da identidade visual da Polícia Penal Federal em eventos esportivos e institucionais;
- Ampliação da visibilidade institucional da PFCG perante servidores, órgãos parceiros e sociedade;
- Padronização da apresentação institucional da unidade em ações externas;
- Valorização da imagem institucional da Polícia Penal Federal.

12.2.2. Benefícios operacionais

- Disponibilização de estrutura adequada para apoio logístico durante eventos;
- Melhoria da organização e do funcionamento das atividades esportivas e institucionais;
- Disponibilidade de espaço apropriado para guarda de materiais e pertences dos participantes;
- Maior conforto e suporte aos servidores envolvidos nas atividades.

12.2.3. Benefícios relacionados à saúde e qualidade de vida

- Incentivo à participação dos servidores em atividades esportivas e de promoção à saúde;
- Fortalecimento das ações da Atividade Física Institucional (AFI);
- Estímulo à adoção de hábitos saudáveis e à prática regular de atividades físicas;
- Contribuição para a integração e o bem-estar dos servidores.

12.2.4. Benefícios econômicos e administrativos

- Redução da necessidade de futuras contratações ou locações de estruturas similares para eventos;
- Possibilidade de reutilização do kit em diversas atividades ao longo do ano;
- Melhor aproveitamento dos recursos públicos mediante aquisição de material durável e de uso recorrente;
- Maior eficiência administrativa na organização e execução dos eventos institucionais.

12.2.5. Benefícios relacionados à continuidade das ações institucionais

- Disponibilização permanente de estrutura de apoio para corridas de rua, testes de aptidão física (TAF), treinamentos externos, campanhas institucionais e demais eventos promovidos ou apoiados pela PFCG;
- Ampliação da capacidade de planejamento e execução de ações voltadas à promoção da saúde e qualidade de vida dos servidores;
- Fortalecimento das iniciativas previstas na Portaria DPPF nº 590/2016 relacionadas à Atividade Física Institucional.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Serão adotadas as seguintes providências pela Administração Pública:

- a) Verificar o cumprimento do prazo de entrega estabelecido no Termo de Referência;
- b) Conferir o quantitativo dos itens recebidos, bem como sua conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência e da proposta apresentada, para fins de recebimento provisório e definitivo;

- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos itens recebidos, para que sejam realizadas correções ou trocas;
- d) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a Nota de Empenho, no prazo e forma estabelecidos no TR e seus anexos.
- e) Acompanhar e fiscalizar a utilização dos itens.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não vislumbra-se a possibilidade de ocorrência de qualquer impacto ambiental decorrido da aquisição e/ou utilização do material adquirido.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

15.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

Uma vez analisadas as informações apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é viável sob os aspectos técnicos, operacionais e econômicos, mostrando-se necessária para o atendimento do interesse público, para o fortalecimento das ações da Atividade Física Institucional e para a adequada representação institucional da Polícia Penal Federal em eventos esportivos e ações institucionais.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MONICA MARIA VIANA RAMOS

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 22/07/2026 às 09:39:37.

JUNIOR FARINON

Equipe de apoio

EDUARDO LIMA DE SOUSA

Agente de contratação